

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.657 - SP (2018/0230147-9)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : ADEMILSON APARECIDO SOARES  
**ADVOGADO** : ILMA MARIA DE FIGUEIREDO E OUTRO(S) - SP309442A  
**RECORRIDO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ADEMILSON APARECIDO SOARES, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO.

1. Até 29/04/95 a comprovação do tempo de serviço laborado em condições especiais era feita mediante o enquadramento da atividade no rol dos Decretos 53.831/64 e 83.080/79. A partir daquela data até a publicação da Lei 9.528/97, em 10/12/1997, por meio da apresentação de formulário que demonstre a efetiva exposição de forma permanente, não ocasional nem intermitente, a agentes prejudiciais a saúde ou a integridade física. Após 10/12/1997, tal formulário deve estar fundamentado em laudo técnico das condições ambientais do trabalho, assinado por médico do trabalho ou engenheiro do trabalho. Quanto aos agentes ruído e calor, o laudo pericial sempre foi exigido.
2. Admite-se como especial a atividade exposta a ruídos superiores a 80 decibéis até 05/03/1997, a 90 decibéis no período entre 06/03/1997 e 18/11/2003 e, a partir de então, até os dias atuais, em nível acima de 85 decibéis. (REsp 1398260/PR, Relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, j. 14/05/2014, DJe 05/12/2014).
3. O uso do equipamento de proteção individual - EPI, pode ser insuficiente para neutralizar completamente a nocividade a que o trabalhador esteja submetido. (STF, ARE 664335/SC, Tribunal Pleno, Relator Ministro Luiz Fux, j. 04/12/2014, DJe-029 DIVULG 11/02/2015 Public 12/02/2015).
4. Em relação à alegação de ausência de fonte de custeio, já decidiu o C. STF: '... 5. A norma inscrita no art. 195, § 5º, CRFB/88, veda a criação, majoração ou extensão de benefício sem a correspondente fonte de custeio, disposição dirigida ao legislador ordinário, sendo inexigível quando se tratar de benefício criado diretamente pela

Constituição. Deveras, o direito à aposentadoria especial foi outorgado aos seus destinatários por norma constitucional (em sua origem o art. 202, e atualmente o art. 201, § 1º, CRFB/88). Precedentes: RE 151.106 AgR/SP, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 28/09/1993, Primeira Turma, DJ de 26/11/93; RE 220.742, Rel. Min. Néri da Silveira, julgamento em 03/03/98, Segunda Turma, DJ de 04/09/1998. 6. Existência de fonte de custeio para o direito à aposentadoria especial antes, através dos instrumentos tradicionais de financiamento da previdência social mencionados no art. 195, da CRFB/88, e depois da Medida Provisória nº 1.729/98, posteriormente convertida na Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Legislação que, ao reformular o seu modelo de financiamento, inseriu os §§ 6º e 7º no art. 57 da Lei nº 8.213/91, e estabeleceu que este benefício será financiado com recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212/91, ...' (ARE 664335/SC, Tribunal Pleno).

5. Comprovados 25 anos de atividade especial, faz jus a autoria à aposentadoria especial, nos termos do Art. 57, da Lei 8.213/91. Contudo, a ressalva contida em seu § 8º e o disposto no Art. 46, do mesmo diploma legal, impossibilita a conversão do benefício.

6. A antecipação da aposentadoria especial foi concebida como medida protetiva da saúde do trabalhador e, portanto, a permissão da manutenção de atividade insalubre reduziria o direito à aposentadoria especial a mera vantagem econômica, esvaziando o real objetivo da norma.

7. A correção monetária, que incide sobre as prestações em atraso desde as respectivas competências, e os juros de mora devem ser aplicados de acordo com o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, observando-se a aplicação do 1PCA-E conforme decisão do e. STF, em regime de julgamento de recursos repetitivos no RE 870.947, e o decidido também por aquela Corte quando do julgamento da questão de ordem nas ADIs 4357 e 4425.

8. Os juros de mora incidirão até a data da expedição do precatório/RPV, conforme decidido em 19.04.2017 pelo Pleno do e. Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE 579.431, com repercussão geral reconhecida. A partir de então deve ser observada a Súmula Vinculante nº 17.

9. Os honorários advocatícios devem observar as disposições contidas no inciso 11, do § 4º, do Art. 85, do CPC, e a Súmula 111, do e. STJ.

10. Remessa oficial e apelação providas em parte" (fls. 227/229e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, violação aos arts. 46, § 8º, 57, § 8º, ambos da Lei 8.213/91 e arts. 1º, IV, 5º, XIII, 6º, 7º, XXII, XXVI, XXXIII, 97, 170, e 201, § 1º, todos, da da Constituição Federal e Súmula Vinculante nº 10 do STF. Para tanto, sustenta que:

"Da análise dos autos restaram as seguintes conclusões:

1. O acórdão caminhou, data vênia, em sentido contrário à lei federal: afrontando-lhe, contradizendo-lhe e negando-lhe vigência.

Isto posto, à luz do **artigo 105, III, alínea a, da CF** e, também, artigo 1.029, II, do novo CPC é cabível o presente Recurso Especial para alcançar o fim desejado, qual seja: a reforma do acórdão.

(...)

#### **Síntese dos fatos**

O Recorrente ingressou com o pedido de revisão com reconhecimento do labor em condições especiais e conversão do pedido de aposentadoria por tempo de contribuição para aposentadoria Especial, uma vez que o segurado apenas laborou em condições especiais por mais de 25 anos, o qual fora julgado procedente em primeira instância, ao Autor.

#### **I - DO DIREITO**

Evidente que merece reforma o Acórdão que manteve, embora reconheceu todos os períodos que o segurado laborou em condições especiais, e ser computada no tempo de aposentadoria do segurado, mas **contudo o mesmo ressalta que não pode ser convertida a aposentadoria por tempo em especial devido a norma contida no seu § 8º do artigo 46, do mesmo diploma legal.**

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Da Aposentadoria Especial

Art. 57.

§ 8º

Em primeiro lugar, **o segurado apenas continuou a laborar tendo em vista que a Previdência Social, concedeu o benefício erroneamente e momento algum passou para o segurado que o mesmo poderia aposentar-se como aposentadoria Especial, e que o mesmo teria que deixar de trabalhar; e assim podemos verificar as decisões:** já por este portanto a condenação do Recorrente em honorários advocatícios, em completa desarmonia com o que preceitua a Legislação Federal, conforme se vera a seguir.

Notório que ouve vários erros quanto à interpretação do artigo acima,

ate porque o **segurado manteve trabalho por contra da concessão errônea que o órgão do INSS.**

(...)

Assim de acordo com a dicção do **artigo 57 da Lei 8.213/91**, do referido diploma legal, o segurado faz jus a aposentadoria especial, de acordo com a petição inicial ou em seu pedido, pelo que nos bastamos do texto da lei, in verbis:

(...)

Ou seja, **nos termos da lei, apresentado o pedido de gratuidade e acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que, a teor do artigo 202 e atualmente no artigo 201 § 1º da CRFB/ 88.**

Entender de outra forma seria impedir, e prejudicar o segurado ainda mais por ter direito ao benefício mais vantajoso, um vez que sua RMI não irá incidir o fator previdenciário, o que reduz a aposentadoria.

Veja-se que **as normas legais mencionadas não exigem que o segurado não 'possa continuar a trabalhar, portanto a o v. acórdão merece reforma.**

Nobres Julgadores, a decisão do v. Acórdão FERE A LEGISLAÇÃO PÁTRIA, eis que analisada em época diversa da situação atual do Recorrente, merece total reforma por este Egrégio Tribunal, como se pode verificar a seguir:

Pois **já considerou inconstitucional a vedação do § 8º do art.57 da Lei 8.213/91, que proibia a volta do segurado que se aposentou a atividade especial que exercia.** Abaixo segue a decisão para análise dos amigos:

(...)

Irresignado, o INSS interpôs recurso de apelação, sustentando que é incabível o reconhecimento da especialidade quando a exposição a agentes biológicos se dá de forma eventual, como no caso dos autos.

Por sua vez, **a autora recorreu adesivamente, alegando que não cabia ao magistrado estabelecer restrição à concessão do benefício, como aquela constante do § 8º do art 57 da Lei 8.213/91, a qual não foi objeto de discussão no processo, pedindo seja afastada essa restrição.** Com contrarrazões ao recurso da autarquia e por força do reexame necessário, subiram os autos a esta Corte.

Na sessão datada de 13/12/2011, a **Colenda 5ª Turma solveu questão de ordem no sentido de submeter à Corte Especial a arguição de inconstitucionalidade do § 8º do artigo 57 da Lei 8.213/91.** O Ministério Público Federal opinou pela procedência do

incidente suscitado (evento 6).

Designado o dia 26/04/2012 para julgamento, a União Federal requereu sua intervenção na forma do artigo 482 do CPC, pedido que restou deferido com adiamento do feito e abertura de prazo para vista e eventual manifestação, ocasião em que requereu a rejeição do incidente, Apresento em mesa.

(...)

**Art 46.** O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

Como visto, **segundo a norma, o titular de aposentadoria especial que voltar a exercer atividade sujeita a agentes nocivos terá cessado seu benefício.**

**Tenho que a referida limitação padece de inconstitucionalidade.**

Com efeito, segundo estabelece o **artigo 1º, inciso IV, da Carta Magna**, constituem fundamentos da República Federativa do Brasil 'os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa'.

De seu turno, **estatui o artigo 6º da Constituição Federal:**

(...)

Nessa mesma linha **estabelece o artigo 170 da Constituição Federal** que a 'ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social', observados, dentre outros, os princípios da 'livre concorrência', e da 'busca do pleno emprego'. Não se pode olvidar, de outro tanto, que o **artigo 201 da Carta Magna** assegura aos trabalhadores aposentadoria no regime geral de previdência social, observado seu caráter contributivo, estabelecendo em seu § 1º a regra matriz da aposentadoria especial:

(...)

Reforça este sentir o que estabelece o **artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal:**

(...)

A restrição à continuidade do desempenho da atividade por parte do trabalhador que obtém aposentadoria especial cerceia, sem que haja autorização constitucional para tanto (pois a constituição somente permite restrição relacionada à qualificação profissional), o desempenho de atividade profissional, e veda o acesso à previdência social ao segurado que implementou os requisitos estabelecidos na legislação de regência.

Note-se que **a regra sequer tem caráter protetivo.**

**Isso porque não veda o trabalho especial, ou mesmo sua**

**continuidade, impedindo apenas o pagamento da aposentadoria.**

Não há impedimento, por exemplo, a que o segurado permaneça trabalhando em atividades que impliquem exposição a agentes nocivos sem requerer aposentadoria especial; ou que aguarde para se aposentar por tempo de contribuição, a fim de poder cumular o benefício com a remuneração da atividade, caso mantenha o vínculo.

**Como nada impede que se aposentando sem a consideração do tempo especial, peça, quando do afastamento definitivo do trabalho, a conversão da aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. O que se percebe é que a regra não protege o trabalhador, tendo, ao fim e ao cabo, mero caráter fiscal.**

A Carta Maior, em seu artigo 7º, é verdade, estabelece que constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais a 'redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança' (inciso XXII). Mas não veda o trabalho perigoso ou insalubre ao segurado que obteve aposentadoria especial, pois esta é um direito inalienável do trabalhador, direito este, a propósito, novamente ratificado no inciso XXVI do referido artigo 7º da CF. A proibição de trabalho perigoso ou insalubre só existe nos termos do **inciso XXXIII** do mesmo artigo 7º, ou seja, para os menores de dezoito anos Art 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

(...)

**Inconstitucional, assim, a norma em exame, a qual, se adotada, pode implicar cerceamento ao desempenho de atividade**, por exemplo, de profissionais de saúde (enfermeiros, técnicos em radiologia, médicos, dentistas, etc.), e trabalhadores especializados, seja de nível superior ou nível médio, de indústrias dos mais diversos ramos. Terão eles que escolher entre se aposentar ou deixar a atividade para a qual se prepararam, muitas vezes por longos anos ou, (burlando com facilidade a norma restritiva, mas perdendo a garantia que a lei e a Constituição asseguram), aguardar para requerer aposentadoria por tempo de contribuição sem se valer do tempo especial.

O fato é que, obtendo o segurado aposentadoria especial, algum trabalhador vai ter que continuar a exercer a atividade que até então ele vinha desempenhando. **E a Constituição não veda que ele próprio, depois de aposentado, continue a desempenhar a atividade. Ao Estado incumbe exigir a adoção de medidas que eliminem a insalubridade, de modo que os riscos a que**

**submetidos os segurados se tornem apenas potenciais, não podendo optar simplesmente pelo cerceamento do direito ao trabalho e à previdência social.**

Convém lembrar, em reforço ao entendimento acima exposto, que o **Supremo Tribunal Federal há muito consolidou entendimento no sentido de que a concessão de aposentadoria não implica extinção do contrato de trabalho.** Seguem precedentes:

(...)

Observo não ser possível no caso em apreço simplesmente interpretar a norma para extrair dela conformidade com a Constituição Federal, pois a vedação é expressa.

Resta, destarte, o recurso à técnica da declaração da inconstitucionalidade.

E nesse caso há necessidade de observância da cláusula da reserva de plenário, prevista no **artigo 97 da Constituição Federal**:

(...)

A observância da cláusula do 'full bench' no caso em apreço, a propósito, **impõe-se também em observância à Súmula Vinculante 10 do Supremo Tribunal Federal**:

(...)

'Data máxima vênia', pode-se claramente notar, Senhores Julgadores, quão equivocada está a decisão em testilha, pois, a simples fato do segurado continuar com o contrato de trabalho ativo, não pode ser objeto para a não concessão da aposentadoria especial ao Recorrente, pois Recorrente terá grande prejuízo em sua RMI do benefício" (fls. 249/266e).

Por fim, requer "seja provida a reforma do acórdão, com base nos fundamentos acima aludidos, por ser de DIREITO E JUSTIÇA" (fl. 265e).

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido na origem (fls. 273/274e).

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"Anoto que o autor é titular do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição - NB 42/147.974.294-2 com início de vigência na DER em 26/06/2009, conforme Carta de concessão datada 20/01/2010 (fls. 121) e procedimento administrativo reproduzido às fls. 33/127 e petição inicial protocolada aos 17/01/2013 (fls. 02).

**A questão tratada nos autos diz respeito ao reconhecimento do**

**tempo trabalhado em condições especiais, objetivando a concessão de benefício de aposentadoria especial prevista no Art. 57, da Lei 8.213/91.**

Define-se como atividade especial aquela desempenhada sob certas condições peculiares - insalubridade, penosidade ou periculosidade - que, de alguma forma cause prejuízo à saúde ou integridade física do trabalhador.

(...)

Tecidas essas considerações gerais a respeito da matéria, **passo a análise da documentação do caso em tela.**

Assim fazendo, verifico que a parte autora comprovou que exerceu atividade especial no período delimitado pela r. sentença, de:

- 01/01/1995 a 13/08/1996, laborado na empresa Invicta Vigorelli Metalúrgica S/A, no cargo de inspetor de fundição - setor fundição, exposto a ruído de 85,43 dB(A), agente nocivo previsto no item 1.1.6 do Decreto 53.831/64, conforme Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP de fls. 63 - integrante do procedimento administrativo.

A descrição das atividades relatadas no referido PPP, revela que o autor, no desempenho dos trabalhos, permaneceu exposto aos agentes agressivos de modo habitual e permanente, não ocasional e nem intermitente.

No procedimento administrativo NB 42/147.974.294-2, o INSS já havia reconhecido e computado como atividade especial os períodos laborados de 21/11/1980 a 02/03/1984, 04/03/1985 a 26/01/1989 e 27/01/1989 a 31/12/1994 - na empresa Invicta Vigorelli Metalúrgica S/A, 21/08/1996 a 10/12/1996 - na empresa Freios Vargas S/A, e 11/12/1998 a 22/05/2009 na empresa TRW Automotive Ltda, conforme planilha de resumo de documentos para cálculo de tempo de contribuição de fls. 111/112.

O tempo total de serviço em atividade especial comprovado nos autos com os documentos integrantes do procedimento administrativo, contado de forma não concomitante até a DER em 26/06/2009, alcança o suficiente para a aposentadoria especial.

Entretanto, ainda que se reconheça o direito da autora ao benefício de aposentadoria especial, nos termos do Art. 57, da Lei 8.213/91, a ressalva contida em seu § 8º ("Aplica-se o disposto no art. 46 ao segurado aposentado nos termos deste artigo que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos constantes da relação referida no art. 58 desta Lei.") e o disposto no Art. 46 ('O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir

da data do retorno.'), do mesmo diploma legal, impossibilita a conversão de seu benefício e a implantação da aposentadoria especial **enquanto o segurado estiver laborando em atividade que o expõe a agentes nocivos, pois conforme o extrato do CNIS que ora determino a juntada aos autos, o autor permanece com seu vínculo empregatício na mesma empresa TRW Automotive com última remuneração em setembro de 2017.**

**Como cediço, a antecipação da aposentadoria foi concebida como medida protetiva da saúde do trabalhador e, portanto, a permissão da manutenção de atividade insalubre reduziria o direito à aposentadoria especial a mera vantagem econômica, esvaziando o real objetivo da norma.**

**Destarte, é de se reformar em parte a r. sentença, devendo o réu averbar no cadastro do autor como trabalhado em condições especiais o período de 01/01/1995 a 13/08/1996, proceder a revisão de seu benefício, e pagar as diferenças havidas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora.**

(...)

Ante o exposto, dou parcial provimento à remessa oficial e à apelação para limitar a condenação do réu a revisar o benefício do autor e para adequar os consectários legais e os honorários advocatícios" (fls. 216/229e).

Destaco, de plano, que a análise de eventual ofensa aos arts. 1º, IV, 5º, XIII, 6º, 7º, XXII, XXVI, XXXIII, 97, 170, e 201, § 1º, da Constituição Federal, para fins de eventual reforma do acórdão recorrido, compete ao Supremo Tribunal Federal, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal.

Nessa linha:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME VIA APELO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. READEQUAÇÃO DE BENEFÍCIO. REVISÃO. TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03. QUESTÃO DIRIMIDA SOB ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. ANÁLISE VEDADA. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. ALÍNEA 'C'. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

**1. O exame da violação de dispositivo constitucional (art. 5º, II,**

**da Constituição Federal) é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.**

(...)

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.672.259/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 30/06/2017).

Da mesma forma, na linha da jurisprudência desta Corte, "o Recurso Especial não constitui via adequada para a análise de eventual ofensa a enunciado sumular, por não estar este compreendido na expressão 'lei federal', constante da alínea 'a' do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal" (STJ, AgRg no AREsp 261.990/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2015).

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CARACTERIZADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO. INADMISSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO.

1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.

2. A deficiência na fundamentação do recurso atrai a incidência, por analogia, da Súmula nº 284/STF.

**3. Esta Corte Superior já consolidou o entendimento de que é incabível a análise de recurso especial que tenha por fundamento violação de súmula de tribunal, por não se enquadrar no conceito de lei federal, a teor do que dispõe o art. 105, III, da Constituição Federal.**

(...)

6. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.463.533/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 11/12/2015).

Não obstante, as razões do recorrente, verifica-se, do exame do acórdão recorrido, que não foi objeto de análise pelo Tribunal de Origem a alegação de que "o segurado apenas continuou a laborar tendo em vista que a Previdência Social, concedeu o benefício erroneamente e momento algum passou para o segurado que o mesmo poderia

aposentar-se como aposentadoria Especial, e que o mesmo teria que deixar de trabalhar; e assim podemos verificar as decisões: já por se portanto a condenação do Recorrente em honorários advocatícios, em completa desarmonia com o que preceitua a Legislação Federal, conforme se vera a seguir. Notório que ouve vários erros quanto à interpretação do artigo acima, ate porque o segurado manteve trabalho por contra da concessão errônea que o órgão do INSS" (fl. 253e). E que "as normas legais mencionadas não exigem que o segurado não possa continuar a trabalhar, portanto a o v. acórdão merece reforma" (fl. 255e). E ainda "a restrição à continuidade do desempenho da atividade por parte do trabalhador que obtém aposentadoria especial cerceia, sem que haja autorização constitucional para tanto (pois a constituição somente permite restrição relacionada à qualificação profissional), o desempenho de atividade profissional, e veda o acesso à previdência social ao segurado que implementou os requisitos estabelecidos na legislação de regência". Por fim, que "não há impedimento, por exemplo, a que o segurado permaneça trabalhando em atividades que impliquem exposição a agentes nocivos sem requerer aposentadoria especial; ou que aguarde para se aposentar por tempo de contribuição, a fim de poder cumular o benefício com a remuneração da atividade, caso mantenha o vínculo. Como nada impede que se aposentando sem a consideração do tempo especial, peça, quando do afastamento definitivo do trabalho, a conversão da da aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. O que se percebe é que a regra não protege o trabalhador, tendo, ao fim e ao cabo, mero caráter fiscal"(260e), não tendo sido opostos oportunos Embargos de Declaração. **Incide**, assim, por analogia, o **óbice da Súmula 282 do STF**.

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, nos termos do regramento vigente à data da interposição do Recurso Especial, não basta que a parte recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 557, § 1º, DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. SÚMULAS 282, 356 E 284 DO STF.

1. Não há de se falar de violação do art. 557, § 1º, do CPC/73 quando o colegiado mantém a decisão por não haver comprovação de efetivo prejuízo da parte.

2. As matérias referentes aos dispositivos tidos por

**contrariados não foram objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.**

3. A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia (Súmula 284/STF).

4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 461.849/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/05/2017).

Desse modo, em não havendo sido apreciada as alegações suscitadas, à luz dos dispositivos tidos por violados, deveria a parte ter oposto Embargos Declaratórios no Tribunal de origem. Persistindo a omissão, a parte recorrente deveria vincular a interposição do Recurso Especial à violação ao art. 1.022 do CPC/2015 e, não, insistir na tese recursal.

Ademais, em confronto com os termos do acórdão recorrido, verifica-se que a parte recorrente manifestou seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, apresentando fundamentos outros, não relacionados ao decidido.

**Assim, furtando-se a parte ora recorrente de impugnar especificamente os fundamentos do acórdão guerreado, incide, na espécie, o óbice da Súmula 283/STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles", eis que as razões recursais estão dissociadas do fundamento em que se pautou o acórdão recorrido, incidindo, também, a Súmula 284/STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".**

Nesse sentido:

**"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DEMISSÃO. DIVÓRCIO ENTRE AS RAZÕES RECURSAIS E O TEOR DO ACÓRDÃO RECORRIDO E DA CONTROVÉRSIA DE FUNDO. SÚMULAS 283 E 284/STF. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO.**

1. Recurso ordinário interposto contra o acórdão que denegou a

segurança no pleito mandamental impetrado contra ato judicial que visava combater acórdão que decidiu controvérsia de suspensão de segurança; o impetrante alegava que seria a única via possível.

**2. Da leitura atenta dos autos se infere que o debate de fundo está relacionado com a pretensão autoral de reapreciar questão ligada a processo disciplinar, e essa dissonância de razões em recorrer atrai a aplicabilidade das Súmulas 283 e 284/STF**, por analogia: 'Se as razões recursais não infirmam os fundamentos do acórdão guerreado, incide, por analogia, o disposto nos enunciados nº 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal' (AgRg no RMS 48.307/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17.8.2015.).

3. A Súmula 283/STF é aplicável aos recursos ordinários, como bem se identifica na jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg no RMS 33.036/SC, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 30.6.2016; AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, DJe 18.12.2015; AgRg no RMS 41.529/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24.11.2015; e AgRg no RMS 20.451/RS, Rel. Ministro Ericson Marinho (Desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe 4.9.2015. Recurso ordinário não conhecido" (STJ, RMS 46.487/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/08/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. **RAZÕES RECURSAIS GENÉRICAS. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO.** COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE.

**1. A mera e genérica reiteração dos argumentos desenvolvidos na petição inicial ou a simples transcrição de trechos da decisão recorrida, sem que o recorrente indique ou especifique as razões de sua discordância com o julgado, não são suficientes para o conhecimento do recurso.**

2. Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg no RMS 36.275/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 28/06/2013).

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da parte recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, impugnando os fundamentos da decisão recorrida, de forma a amparar a

pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e consequente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório. Não basta repetir as razões já expendidas, seja na petição inicial, seja no recurso anterior, ou limitar-se a infirmar, genericamente, o **decisum**. É preciso que o Recurso Especial impugne, dialogue, combata, enfim, demonstre o desacerto do que restou decidido.

A propósito, a lição de NÉLSON NERY JR (**in** Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos, 2ª ed., Revista dos Tribunais, p. 154), **in verbis**:

"Entendemos que a exposição dos motivos de fato e de direito que ensejaram a interposição do recurso e o pedido de nova decisão em sentido contrário à recorrida, são requisitos essenciais e, portanto, obrigatórios. A inexistência das razões ou de pedido de nova decisão acarreta juízo de admissibilidade negativo: o recurso não é conhecido. (...) Vige, no tocante aos recursos, o princípio da dialeticidade (...). Segundo esse princípio, o recurso deverá ser dialético, discursivo. O recorrente deverá declinar o porque do pedido de reexame da decisão. (...) O procedimento recursal é semelhante ao inaugural de uma ação civil. A petição de recurso é assemelhável à peça inaugural, devendo, pois, conter os fundamentos de fato e de direito e o pedido. Tanto é assim, que já se afirmou ser causa de inépcia a interposição de recurso sem motivação. (...) O recurso se compõe de duas partes distintas sob o aspecto de conteúdo: a) declaração expressa sobre a insatisfação com a decisão (elemento volitivo); b) os motivos dessa insatisfação (elemento de razão ou descritivo). Sem a vontade de recorrer não há recurso. Essa vontade deve manifestar-se de forma inequívoca, sob pena de não conhecimento. **Não basta somente a vontade de recorrer, sendo imprescindível a dedução das razões (descrição) pelas quais se pede novo pronunciamento jurisdicional sobre a questão objeto do recurso. As razões do recurso são elemento indispensável para que o tribunal, ao qual se o dirige, possa julgá-lo, ponderando-as em confronto com os motivos da decisão recorrida que lhe embasaram a parte dispositiva**".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço do Recurso Especial**.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na

forma do art. 85, § 11, do NCPC”), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora